

*Devo, não nego. Pago quando puder!*

## Sem proposta da Unesp, TRT remete a julgamento a ação de dissídio do Sintunesp

A audiência de conciliação entre Sindicato e Reitoria da Unesp, realizada pelo Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região (TRT2) na tarde de 20/9/2019, terminou sem acordo entre as partes. Conduzida pelo vice-presidente da casa, desembargador Rafael E. Pugliese Ribeiro, a sessão também foi acompanhada pelo Procurador Regional do Trabalho, José Valdir Machado. Pela Unesp, estavam presentes o procurador Marco Aurélio Barbosa Catalano e o professor José Paes de Almeida Nogueira Pinto, assessor da Reitoria. O Sindicato foi representado por seu advogado José Francisco Martins e pelos coordenadores Alberto de Souza, Cláudio Roberto Ferreira Martins e João Carlos Camargo de Oliveira.

Na inicial da ação, o Sintunesp relata o andamento das negociações entre Fórum das Seis e Cruesp na data-base deste ano e o descumprimento, pela Unesp, do índice de 2,2% pago na Unicamp e na USP.

Os representantes da Reitoria alegaram que, embora reconheça a dívida com os trabalhadores, a Unesp não tem como oferecer qualquer tipo de reajuste neste momento, nem mesmo os 2,2%, e que aguarda algumas definições para se posicionar sobre isso, como é o caso da concretização do repasse dos R\$ 83 milhões da Secretaria da Saúde, por conta do pagamento dos servidores que a Universidade mantém no Hospital das Clínicas (HC) de Botucatu. Destacaram também que não estão sendo contratados docentes e servidores técnico-administrativos desde 2015, nem mesmo nos casos de vacância.

Os representantes do Sindicato informaram o juiz sobre a situação penosa em que se encontram os trabalhadores da Universidade, que acumulam um prejuízo de cerca de 19,5% desde 2015 e que não receberam os reajustes pagos nas outras universidades, de 3% em 2016 e 2,2% em 2019. Também falaram da suspensão das carreiras e da falta de pessoal, que causa sobrecarga de trabalho para todos. Questionaram a existência de um caixa de aproximadamente R\$ 230 milhões, muito acima do empenho necessário para repor as perdas dos trabalhadores. Para aplicar os 2,2%, por exemplo, a Unesp despenderia R\$ 33 milhões até o final do ano.

Sobre a existência do caixa, os enviados da Reitoria alegaram que está comprometido com outros “variados compromissos”.



A audiência de conciliação no TRT, em 20/9. Ao lado, o desembargador Rafael E. Pugliese Ribeiro, que presidiu a sessão

Frente a impossibilidade de acordo, o vice-presidente do TRT determinou um prazo de cinco dias para que o Sindicato se manifeste sobre a contestação e documentos juntados pela Unesp. Após isso, o processo será remetido ao Ministério Público, para parecer em oito dias. Por fim, haverá o julgamento da ação.

### Sindicato ajuizou duas ações

O Sintunesp ajuizou ações de dissídio coletivo, referentes à data-base deste ano, junto ao Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região (TRT2), com vistas aos trabalhadores celetistas, e junto ao Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJ-SP), direcionada aos estatutários. Respectivamente, trata-se das ações de nº 1002437-54.2019.5.02.0000 e de nº 2192301-76.2019.8.26.0000.

No caso da justiça comum, a audiência de conciliação ocorreu no dia 2/9/2019. Também não houve acordo entre as partes e a reunião foi suspensa e remarcada para o dia 14/10, para que a Universidade apresente uma proposta até lá. Conforme consta na ata da reunião, no silêncio ou na ausência das partes na próxima audiência, os autos serão encaminhados para sorteio de Relator do Órgão Especial, indo posteriormente a julgamento.